

B O L E T I M

MUNICIPAL

C Â M A R A M U N I C I P A L D E L I S B O A



5.º SUPLEMENTO AO BOLETIM MUNICIPAL N.º 1032

SUMÁRIO

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Deliberação (Sessão de 26 de novembro de 2013):

-Proposta n.º 813/2013 (Deliberação n.º 89/AML/2013) - Apreciar «a manutenção para vigorar em 2014, dos termos da deliberação adotada em 2013 relativa à fixação das taxas do Imposto Municipal de Imóveis (IMI) e respetivas majorações e reduções, ao percentual respeitante ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares (IRS), ao percentual da Taxa e Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), bem como respeitante ao percentual da derrama para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 150 000 euros e, para os restantes casos, a aplicar sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas»

pág. 2138 (354)

RESOLUÇÕES DOS ÓRGÃOS DO MUNICÍPIO

- Deliberação n.º 89/AML/2013 (Proposta n.º 813/2013):

Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI), Derrama, Imposto sobre o Rendimento de Pessoas Singulares (IRS) e Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP)

Pelouro: Vereador Fernando Medina.

Serviço: DMF.

Considerando que:

De acordo com a alínea *a)* do artigo 10.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro e o artigo 1.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro, e respetivas alterações, o Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) incide sobre o valor tributável dos prédios rústicos e urbanos situados no território português, constituindo receita dos municípios onde os mesmos se encontram situados;

Nos termos da alínea *b)* do artigo 10.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, constitui receita dos municípios o produto de derramas lançadas nos termos do artigo 14.º do mesmo diploma legal;

A Lei n.º 5/2004, de 10 de fevereiro - Lei das Comunicações Eletrónicas -, alterada pelo Decreto-Lei n.º 176/2007, de 8 de maio, pela Lei n.º 35/2008, de 28 de julho, pelos Decretos-Leis n.ºs 123/2009, de 21 de maio, e 258/2009, de 25 de setembro, pela Lei n.º 46/2011, de 24 de junho, e alterada e republicada pela Lei n.º 51/2011, de 13 de setembro, e pela Lei n.º 42/2013, de 3 de julho, criou a Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), determinada, nos termos do artigo 106.º, «com base na aplicação de um percentual sobre cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais na área correspondente ao município»;

Nos termos da alínea *c)* do n.º 1 do artigo 19.º e do n.º 1 do artigo 20.º, ambos da referida Lei, os municípios têm direito, em cada ano, a uma participação variável, até 5 %, no IRS dos sujeitos passivos com domicílio fiscal na respetiva circunscrição territorial.

Tenho a honra de propor que a Câmara Municipal delibere:

- Aprovar, nos termos do disposto na alínea *ccc)* do n.º 1 do artigo 33.º do Regime Jurídico das Autarquias Locais, aprovado pela Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, submeter à Assembleia Municipal, para que este órgão aprove, nos termos do disposto nas alíneas *b)*, *c)* e *d)* do artigo 25.º do mesmo Regime Jurídico, a manutenção para 2014, de todo o teor constante das Propostas n.ºs 824/2012 (TMDP), 825/2012 (IRS), 826/2012 (Derrama) e 827/2012 (IMI) nos seguintes termos:

1 - Fixar o percentual de 0,25 % relativo à Taxa Municipal de Direitos de Passagem para vigorar no ano de 2014;

2 - Fixar o percentual de 2,5 % relativo ao Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Singulares para vigorar no ano de 2014;

3. *a)* O lançamento em 2014 de uma derrama de 0 % para os sujeitos passivos cujo volume de negócios no ano anterior não ultrapasse os 150 000 euros;

3. *b)* A isenção da derrama em 2014 aos sujeitos passivos dos ramos de atividade de restauração e pequeno comércio, incluindo as farmácias, cujo volume de negócios no ano anterior ultrapasse os 150 000 euros, conforme CAE listados no Anexo I e que faz parte integrante da presente proposta, com exclusão dos estabelecimentos legalmente classificados como Grandes Superfícies Comerciais;

3. *c)* A isenção da derrama em 2014, pelo período de 3 anos, às empresas que instalem a sua sede social no concelho de Lisboa durante os anos de 2012, 2013 ou 2014 e que criem, no mínimo, 5 novos postos de trabalho durante o mesmo período;

3. *c)* 2 A manutenção de isenção nos anos subsequentes à instalação depende da conservação do mínimo de postos de trabalho previstos no número anterior;

3. *d)* O lançamento em 2014 de uma derrama de 1,5 % para os restantes sujeitos passivos sobre o lucro tributável sujeito e não isento de Imposto sobre o Rendimento das Pessoas Coletivas.

4 - A fixação das seguintes taxas do Imposto Municipal sobre Imóveis, para vigorar no ano de 2013, cuja liquidação será em 2014:

I - TAXAS

4.1 - Ao abrigo do n.º 5 do artigo 112.º do Decreto-Lei n.º 287/2003, de 12 de novembro (Código do Imposto Municipal sobre Imóveis), com a alteração introduzida pelo artigo 2.º da Lei n.º 64/2008, de 5 de dezembro:

a) 0,6% para os prédios urbanos contemplados na alínea *b)* do n.º 1 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, cujos intervalos a Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, fixou de 0,5 % a 0,8 %;

b) 0,3 % para os prédios urbanos contemplados na alínea *c)* do n.º 1 do artigo 112.º do mesmo Código, com a redação conferida pela Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, que fixou os intervalos entre de 0,3 % a 0,5 %.

4.2 - Nos termos e para os efeitos do n.º 2 do artigo 17.º do Decreto-Lei n.º 307/2009, de 23 de abril e do n.º 19 do artigo 71.º do Estatuto dos Benefícios Fiscais (EBF), aprovar as isenções contidas nos n.ºs 7 e 8 deste artigo, a saber:

- Os prédios urbanos objeto de ações de reabilitação são passíveis de isenção de Imposto Municipal sobre Imóveis por um período de cinco anos, a contar do ano, inclusive, da conclusão da mesma reabilitação, podendo ser renovada por um período inicial de cinco anos;

- São isentas do IMT as aquisições de prédio urbano ou fração autónoma de prédio urbano destinado exclusivamente a habitação própria e permanente, na primeira transmissão onerosa do prédio reabilitado, quando localizado na «área de reabilitação urbana».

4.3 - Nos termos e para os efeitos dos n.ºs 6 a 8 e 12 do artigo 112.º do diploma supracitados no ponto n.º 1, fixar:

- a) A redução de 20 % da mesma taxa para fogos arrendados para habitação;
- b) A majoração de 30 % sobre a taxa aplicável a prédios ou parte de prédios urbanos degradados para os quais a Câmara Municipal de Lisboa tenha determinado a execução de obras de conservação necessárias à correção de más condições de segurança ou de salubridade, ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 89.º do Regime Jurídico da Urbanização e da Edificação aprovado pelo Decreto-Lei n.º 555/99, de 16 de dezembro, e respetivas alterações, enquanto não forem iniciadas as obras intimadas por motivos alheios ao Município de Lisboa;
- c) A redução de 30 % da taxa aplicável a prédios urbanos classificados de interesse público, de valor municipal ou património cultural, nos termos da legislação em vigor.

4.4 - Nos termos do n.º 3, do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal Sobre Imóveis, na redação dada pelo artigo 141.º da Lei n.º 64-B/2011, de 30 de dezembro, as taxas previstas nas alíneas b) e c) do n.º 1 são elevadas, anualmente, ao triplo nos casos de prédios urbanos que se encontrem devolutos há mais de um ano e de prédios em ruínas, os prédios como tal definidos em diploma próprio.

4.5 - Ao abrigo do disposto no n.º 2 do artigo 12.º da Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro, atribuir uma isenção parcial de 10 % no Imposto Municipal sobre Imóveis aos imóveis

ou frações classificados com eficiência energética da classe A e A+, sendo a isenção parcial aplicável ao respetivo valor patrimonial.

II - PROCEDIMENTOS ADMINISTRATIVOS E FINANCEIROS

4.6 - Os serviços, para efeitos da aplicação da taxa do IMI prevista no n.º 3 e em cumprimento do n.º 15, ambos do artigo 112.º do CIMI, elaborarão listagens das situações previstas em 3 e 4, Ponto I - Taxas, para que se torne possível efetuar a liquidação do imposto em tempo oportuno.

4.7 - Que sejam desencadeadas junto da Administração Central as necessárias diligências para a publicação do diploma previsto na parte final da alínea b) do artigo 11.º da Lei das Finanças Locais (Lei n.º 2/2007, de 15 de janeiro), de forma a permitir que, no mais curto espaço de tempo, seja possível ao Município de Lisboa proceder à liquidação e cobrança do Imposto Municipal sobre Imóveis.

[Aprovada Ponto por Ponto: *Ponto 1* - Aprovado por maioria, com votos a favor (PS, PPD/PSD, CDS/PP, MPT, PAN, PNPN e 5 Independentes), votos contra (PCP e PEV) e abstenções (Bloco de Esquerda); *Pontos 2, 3 e 4* - Aprovados por unanimidade; *Pontos 4.4 e 4.6* - Aprovados por maioria, com votos a favor (PS, PPD/PSD, PCP, Bloco de Esquerda, CDS/PP, PEV, MPT, PNPN e 5 Independentes) e abstenções (PAN).]

Publica-se às 5.^{as}-feiras

ISSN: 0873-0296 Depósito Legal n.º 76 213/94 Tiragem 11

O *Boletim Municipal* está disponível no sítio da Internet oficial da Câmara Municipal de Lisboa (<http://www.cm-lisboa.pt/municipio/boletim-municipal>).

O *Boletim Municipal* pode ser adquirido nos Serviços Municipais através de impressão/fotocópia e pago de acordo com o preço definido na Tabela de Taxas, Preços e Outras Receitas Municipais

[Deliberação n.º 35/CM/2008 (Proposta n.º 35/2008) - Aprovada na Reunião de Câmara de 30 de janeiro de 2008]

Composto e Impresso na Imprensa Municipal

Toda a correspondência relativa ao Boletim Municipal deve ser dirigida à CML - Imprensa Municipal
Estrada de Chelas, 101 – 1900-150 Lisboa **Telef.** 21 816 14 20 **E-mail:** boletim.municipal@cm-lisboa.pt